PRO-DOCÊNCIA
Revista Eletrônica das Licenciaturas/UEL

OBSERVAÇÃO, VIVÊNCIA E SENSIBILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM AMBIENTES URBANOS

Carlos Alberto Hirata[1]
Jeani Delgado Paschoal Moura [2]
Vitor Ferreira de Souza[3]

RESUMO: Este trabalho apresenta uma discussão sobre o conhecimento geográfico e ambiental que balizaram o desenvolvimento de atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID no âmbito da formação inicial de professores de Geografia, da Universidade Estadual de Londrina/UEL. Foram desenvolvidas diversas atividades de observação e sensibilização em Unidades de Conservação do Parque Municipal Arthur Thomas e da Reserva Particular da Mata do Marco Zero na cidade de Londrina, à luz dos objetivos e fundamentos da Política Nacional do Meio Ambiente e da Educação Ambiental. Estas Unidades de Conservação são meios valorosos para proporcionar o conhecimento dos elementos da natureza e desenvolver ações conservacionistas em prol da manutenção de remanescentes da vegetação em ambientes urbanos. Como resultado foi possível promover uma reflexão junto aos bolsistas do PIBID em sua formação inicial, sobre a importância do conhecimento e da vivência dessas reservas pela população local, tendo a comunidade escolar como um importante veículo de disseminação dessas práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Unidades de Conservação; Agenda XXI.

INTRODUÇÃO

Este artigo, objetiva analisar a importância de processos didáticos e pedagógicos que fortaleçam os laços da população com o meio natural, tendo como metodologia o

[1] Doutor pela Universidade Estadual de Londrina/UEL; Professor Adjunto do Departamento de Geociências da UEL; Colaborador do projeto PIBID de Geografia/UEL. E-mail: hiratauel@gmail.com
[2] Doutora em Ensino de Geografia pela UNESP/Presidente Prudente; Professora Adjunta do Departamento de Geociências; Coordenadora do PIBID/Geografia e colaboradora do Prodocência/UEL. E-mail: jeanimoura@uol.com.br
[3] Aluno do 4 ano e Bolsista PET do Curso de Geografia, Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina/UEL. E-mail: vitorfssouza@gmail.com

trabalho de campo em Unidades de Conservação (Uns) localizadas em ambientes urbanos. Áreas que podem ser utilizadas pela população para lazer, caminhadas, encontros familiares, entre outras alternativas, cujo foco é aproximar a sociedade da natureza, buscando nesta relação um caminho para a Educação Ambiental. Discute-se o conhecimento geográfico e ambiental necessário para que os professores possam realizar trabalhos de campo nas Unidades de Conservação do Parque Municipal Arthur Thomas e da Reserva Particular da Mata do Marco Zero, na cidade de Londrina, com a finalidade de promover ações conservacionistas em prol da manutenção de remanescentes da vegetação em ambientes urbanos. Dessa forma, nas páginas subsequentes, apresentam-se reflexões pautadas nas atividades promovidas junto aos bolsistas de Geografia, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID, da Universidade Estadual de Londrina/UEL.

AS AULAS DE CAMPO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O contexto das atividades educacionais, processos didáticos e pedagógicos podem ser estimulados e enriquecidos, através de aulas de campo em unidades de conservação (UNs), a exemplo do Parque Municipal Arthur Thomas e da Reserva Particular da Mata do Marco Zero, na cidade de Londrina.

Os problemas que a sociedade civil enfrenta têm exigido por parte da comunidade científica estudos interdisciplinares e perspectivas que transcendam barreiras cartesianas que foram edificadas no passado. Os desafios do mundo atual são muitos e entre eles está a busca de novas formas de interpretar a realidade e responder de maneira inteligente os problemas atuais.

Morin (2003, p. 35) alerta sobre alguns direcionamentos para superarmos a crise de nosso pensamento fragmentado. Para o autor o problema de todo cidadão do novo milênio consiste em “como ter acesso às informações sobre o mundo e como ter a possibilidade de articulá-las e organizá-las?” Estas informações não se restringem há dados quantitativos ou conhecimentos científicos, mas ao acesso aos mais variados tipos de informações. Assim, basta sair do ambiente “das quatro paredes da sala de aula” e se aventurar pelas trilhas do ambiente natural para exercitar a reflexão mais apurada das leituras que fazemos da vida em nosso cotidiano educacional.

A Geografia tem um papel importante para a superação do problema apontado, já que trabalha com a totalidade do espaço geográfico, desde seus elementos mais visíveis e estruturantes até aqueles mais difíceis de mensurar ou de compreender, entre eles está a subjetividade de nossas ações e a nossa relação e interpretação do mundo. O físico e o humano, a objetividade e a subjetividade, a natureza e o homem, dualidades ainda persistem, porém avançamos consideravelmente nos estudos transversais. No caso da subjetividade, o acesso a este tipo de conhecimento foi negligenciado em um período considerável da história geográfica, apenas no final do século passado que se observou a sua renovação e ampliação no pensamento geográfico devido ao reconhecimento de sua considerável relevância para o avanço da Geografia.

A ciência se renova para anteceder aos desafios colocados pelos novos problemas da sociedade e do conhecimento, um dos desafios mais expressivos no início deste século é a questão ambiental. Como retroceder a degradação ambiental, minimizar os impactos ambientais e minimizar a geração de ambientes nocivos? Aos poucos nos damos conta que tratar destes problemas não são apenas tratá-los numa perspectiva cartesiana funcional, a gênese dos problemas ambientais está no homem e é no homem que devemos procurar nossas respostas. Pensando dessa maneira podemos explorar a subjetividade dos indivíduos, como são suas relações mais viscerais com o ambiente?

A subjetividade, cada vez mais, vem trazendo novas contribuições para a questão ambiental, aos poucos se percebe que não há possibilidade de anunciar problemas ambientais sem se reportar a subjetividade, ou seja, a como o homem interage e percebe a natureza e o seu mundo construído simbolicamente. O pensamento por mais racional que seja e que vise à objetividade é inseparável de nossas escolhas éticas, da nossa vontade e do nosso contato com o mundo sensível (PATY, 2003). Dessa forma, “sem uma compreensão reflexiva que possa garantir que a ciência tenha consciência dela mesma nas suas mais diversas dimensões, corre-se o risco de afixá-la, por mais rica e produtiva que seja” (PATY, 2003, p. 23).

Dentre os objetivos fundamentais da Educação Ambiental atribuídos através da Lei Federal nº 9.795/99, destaca-se que a sociedade e a academia deve promover através de atividades educacionais, “o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos”, entendendo por educação ambiental

> os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais,conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, conforme o Art. 1º da Lei Federal nº 9.795/99.

Sendo, "um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal ", conforme o Art. 2º da Lei Federal nº 9.795/99. Em que, compete "à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais", conforme o Art. 3º, inciso VI da Lei Federal nº 9.795/99, tendo como princípios: o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade enunciados em seu Art. 4º nos incisos I e II.

Nesse sentido, como forma de um exemplo aplicado, fora do eixo do pensamento cartesiano, tendo como foco a Educação Ambiental, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), através do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências, promoveu a discussão no âmbito escolar da implantação da Agenda XXI escolar, com seminários atividades práticas de reaproveitamento de materiais reciclados e uma gincana escolar com os alunos do 2º grau das escolas estaduais Olympia Tormenta de Londrina e Andréa Nuzzi de Cambé, respectivamente, atribuindo como premiação aos alunos vencedores, uma visita ao Parque Municipal Arthur Thomas e Mata do Marco Zero, localizados na cidade de Londrina, estado do Paraná, atendendo assim dispostos nas Leis Federal nº 9.795/99 de 27 de abril de 1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) e da Política Nacional do Meio Ambiente Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990.

Além de conhecer uma estrutura pública envolvendo a Unidade de Conservação Municipal Parque Arthur Thomas, vinculado à Sede da Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura do Município de Londrina, dotada de vegetações e remanescentes florestais da área original da floresta semidecidual caducifólia, do bioma Mata Atlântida brasileiro na região, sendo legado natural, importante a compreensão contextual da discussão da conservação, preservação, problemática e educação ambiental. A Mata do Marco Zero, também dotada de vegetações e remanescentes florestais da área original da floresta

semidecidual caducifólia, do bioma Mata Atlântida brasileiro na região vinculada a uma empresa. A Educação Ambiental formal e não formal, pode ser amplamente praticada, como observado na ação empresarial de conservação da Mata do Marco Zero, indo ao encontro com o estabelecido no Art. 13 da Lei Federal nº 9.795/99 no tocante aos aspectos da educação não formal empresarial, por desenvolver:

> ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente, a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal; a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais; a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; a sensibilização ambiental dos agricultores e o ecoturismo, presentes no art. 13º, incisos I a VII.

Desta forma, as aulas de campo desenvolvidas nestas Unidades de Conservação, permitiu que os alunos e estagiários do PIBID pudessem exercitar através das trilhas de caminhada, registros fotográficos, relatos dos professores e guardas, a dinâmica ambiental, que envolve os locais no contexto ecológico, econômico, político e social. Ambos, remanescentes florestais, vinculados as estruturas pública e privada, comprovam a existência e a disponibilidade de recursos ambientais, que asseguram à sociedade, exemplos práticos da aplicação da garantia de democratização das informações ambientais, do estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, do incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania e para o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade da política nacional de educação ambiental, estabelecidos nos incisos II a V da Lei Federal nº 9.795/99. Destaca–se que as matas possibilitam ao observador experimentar a biodiversidade de maneira real, vivenciando a

dinâmica do ambiente natural, constituindo um verdadeiro exemplo de um laboratório vivo, a céu aberto, para pesquisas e desenvolvimento de atividades para conservação da biodiversidade.

CONSIDERAÇÕES

Nos dias atuais, a maior parte da população vive em espaços urbanos, onde se perde o contato direto com a natureza e com isso observa-se uma geração pouco informada e sensibilizada para os valores relativos à natureza, às suas diversas formas de vida e seus ambientes. Por meio dos trabalhos de campo foi possível mobilizar os alunos, mediante observação e sensibilização, proporcionando-lhes vivências extraclasse capazes de aguçar o olhar e ajudá-los a refletirem sobre a importância das unidades de conservação em ambientes urbanos, as quais funcionam como laboratórios vivos de pesquisas e práticas de Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em : <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/ Lei%209795.cfm> Acesso em 20 jan. 2002.

MORIN, E. **O Método 5**: A humanidade da humanidade. A identidade humana. Tradução: Juremir Machado da Silva. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

PATY, M. A ciência e as idas e voltas do senso comum. **Scientiae Studia**, São Paulo, v.1, n.1, p. 9-26, Jan/Mar. 2003.